



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Comunicado Nº 3/78, em 17/1/1978

Concursos

Realizaram-se, como todos os colegas sabem, concursos para secretários de finanças de 1ª. e 2ª. classes e estão a decorrer igualmente provas para técnicos-verificadores de 1ª., 2ª. e 3ª. classes.

Também todos sabem que logo que se deu a abertura de tais concursos houve aqui e ali certas manifestações contra eles. Um pouco dispersas, embora, atitudes espontaneístas de boicote aos anunciados concursos, um pedido ou outro para o Sindicato liderar movimentos contra as provas. Ignorámos uns e outros e nada fizemos nesse sentido.

Porquê? Porque, e embora noutros departamentos isso ocorra constantemente, também nós não somos adeptos de uma promoção puramente administrativa quando se trata de exercer funções como as nossas em que há que saber bastante para as cumprir satisfatoriamente. Talvez estejamos errados mas cremos que essa é ainda a opinião da grande maioria dos colegas e nós fomos tradutores dessa maioria.

Mas se uma grande maioria aceita que haja provas, uma maioria ainda maior rejeita e repudia as provas que durante tantos anos existiram. Na verdade se aceitamos provas que seleccionem efectivamente os melhores, que contribuam para um aperfeiçoamento profissional de todos, que a todos deem iguais oportunidades, ninguém podia estar de acordo com as provas a que o fascismo nos habituou em que nenhuma dessas condições estava presente. Isto mesmo se nos ativermos às características das provas em si, sem entrarmos em linha de conta com os compadrios, com a existência de privilegiados e perseguidos que toda a gente sabe terem existido, por mais negações que se façam. Mas, mesmo sem entrar em linha de conta com esses factores anormais, a própria estrutura das provas estava muito, muito longe de satisfazer.

E tanto assim era que, quando após o 25 de Abril, começaram a surgir os embriões do movimento sindicalista e reivindicativo, de toda a parte se ouvia o mesmo brado: "Não aos concursos!". Aventaram-se muitas hipóteses, sugeriram-se muitas soluções mas numa coisa toda a gente estava de acordo: como vinha sendo praticado é que não podia continuar.

E a Administração concordou. E suspendeu a realização de todas as provas em curso ou projectadas. Para estudar novas fórmulas, para preparar soluções donde a justiça estivesse menos arredia. E os funcionários aguardaram. Com impaciência mas com esperança. Ajudando por vezes com as suas sugestões.

E o tempo rolou. Mais de 3 anos se passaram sem que qualquer modificação se operasse e, também, sem que qualquer oportunidade de acesso fosse dada a tantos colegas que assim viram a sua ascensão retardada.

Até que, finalmente, surgiram anunciados os concursos de que nos vimos ocupando. Os termos em que eles foram abertos não eram muito animadores. Daí que surgissem logo algumas reacções, como já atrás dissemos.

Mas, ao mesmo tempo, havia quem, ao mais alto nível ou perto disso, garantisse ao Secretariado que essas provas iam ser muito diferentes do antigamente, que iam ser desta e daquela maneira, que iam ser uma forma de ajudar os funcionários, que iam ser testes que permitissem avaliar com o maior rigor as capacidades dos funcionários mas acessíveis quase a toda a gente.

Ingenuamente, acreditámos. Uma vez ou outra aflorava ao nosso espírito uma dúvida, mas pensávamos que não devíamos atendê-la e continuámos a acreditar na veracidade daquilo que nos afirmavam.

Hoje confessamos o nosso erro. É este comunicado uma auto-crítica deste Secre

tariado que confessa que errou, que acreditou em quem não merecia confiança, que não fez nada em defesa dos trabalhadores que iam ser sujeitos às provas porque julgou que a Administração os trataria de maneira que essa defesa não seria necessária. Somente temos a atenuante de termos errado involuntariamente, só por termos acreditado em quem não merecia essa credibilidade.

Todos sabem como foram as provas. Absolutamente dentro da linha do que sempre se processou. Pontos em que não se pretendia saber quem é que tinha os conhecimentos necessários para o desempenho do lugar que ia ocupar mas sim quem se escapava das ciladas constantemente armadas. Perguntas sobre uns assuntos e deixando totalmente de fora outras matérias, de modo que o factor sorte se torna preponderante. Perguntas extensas mas de assuntos pouco variados, de modo que quem falhasse num ponto se encontrava desde logo em dificuldades. Perguntas controversas sobre assuntos em que juizes não se entendem e querem que candidatos no banco de exame o resolvessem! (V. questões sobre imposto sucessório). Perguntas de apreciação subjectiva, em que não há verdadeiramente uma resposta certa, tudo dependendo de quem vir o ponto. (Ver pergunta sobre contribuição predial no ponto para a 1ª classe). Perguntas que até tinham um conteúdo político que se reprova totalmente, caso da pergunta anteriormente referida que para ter resposta era necessário o candidato enquadrar-se num qualquer quadrante político. Perguntas puramente teóricas, desvinculadas da realidade, pondo hipóteses que muito dificilmente aparecem na vida real, quando os pontos se destinam - ou deviam destinar - a avaliar a capacidade do concorrente para desempenhar certo trabalho prático.

E não damos mais exemplos pois que nos tornariamos demasiado longos. E no fim não interessa porque basta dizer-se que nada encontramos de positivo. Até os lugares onde as provas foram realizadas, com comodidades muito reduzidas quando muitos dos concorrentes já não são jovens e robustos. Até à duração das provas: 3 horas mais uma ou duas de tolerância porque a extensão dos pontos recomendava essa tolerância, o que se tornava num desgaste físico e psíquico igualmente antipedagógico e inibidor do pleno rendimento de muitos concorrentes.

Acusamo-nos, pois, a nós próprios de credulidade excessiva e de com ela não termos tomado as atitudes que melhor defendessem os trabalhadores.

mas

ACUSAMOS a Administração de não ter dado qualquer preparação aos candidatos (secretários de finanças) ou tê-la dado absolutamente insuficiente (técnicos-verificadores).

ACUSAMOS a Administração de imobilismo e conservadorismo completo, nada sabendo inovar ou construir, nenhuma lição tirando dos erros do passado, bem conhecidos porque renegados foram por todos, após o 25 de Abril.

ACUSAMOS a Administração de incompetência, pois não soube criar meios de avaliar correctamente as capacidades dos seus agentes.

ACUSAMOS a Administração de duplicidade e má-fé, pois que enganou deliberadamente os trabalhadores a fim de evitar reacções da parte destes, pondo-os depois perante o facto consumado.

ACUSAMOS a Administração de ter prejudicado inúmeros funcionários com a paragem dos concursos durante tanto tempo, paragem que só seria justificada por uma remodelação que não houve.

ACUSAMOS a Administração de ter prejudicado a boa condução dos serviços da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, deixando durante tanto tempo por preencher vagas em lugares de responsabilidade, sem que procedesse posteriormente a alterações qualitativas que o justificasse.

Em vista de que

EXIGIMOS que a Administração proceda a uma reforma imediata dos seus métodos de avaliação de conhecimentos ouvidas as organizações sindicais dos trabalhadores.

EXIGIMOS, tanto no interesse dos trabalhadores como no interesse do país em geral a quem interessa a boa gestão dos negócios públicos, que seja intensificada e aperfeiçoada a formação profissional dos funcionários da D.G.C.I.

EXIGIMOS o saneamento imediato do comodismo e do conservadorismo que impedem o arejamento das ideias antigas e impossibilitam o progresso.

EXIGIMOS que na adopção de novos métodos de promoção se procurem banir todos os factores de distorção da real capacidade dos examinados de modo a se chegar a uma justiça o mais perfeita possível.

Sem o que

Teremos de adoptar de imediato formas de luta no sentido de exigir que esta remodelação seja um facto, para que mais ninguém seja prejudicado com os métodos que sempre se constetaram (embora isto atraze outra vez os processos de promoção, torná-los-á por outro lado mais justos) sendo isto o mínimo que devemos aos trabalhadores que representamos.

O S E C R E T A R I A D O

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'Ble' or similar, with a long horizontal stroke extending to the left.